

## **A ECONOMIA DA ALEMANHA: DA REUNIFICAÇÃO AO EURO, 1990-2013**

*Luiz Eduardo Simões de Souza<sup>1</sup>*

*Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli<sup>2</sup>*

### **Resumo:**

Estas notas abordam as transformações operadas na economia alemã após a absorção da República Democrática Alemã pela República Federal Alemã em 1990, e passando por eventos como a entrada em circulação da moeda única europeia, o Euro, em janeiro de 2002. Os ajustes nos setores reais e monetários das duas zonas econômicas separadas à força durante a Guerra Fria se deram basicamente no sentido do aproveitamento da capacidade de captação e alavancagem de investimentos do lado ocidental capitalista, associado ao espólio de estoques de recursos produtivos e mão de obra de baixo custo herdados junto ao lado oriental, socialista. O entrecruzamento dessas duas economias teria gerado, não apenas a maior potência econômica europeia para as décadas seguintes, mas também um centro local hegemônico a partir do qual se estruturaria a União Europeia em geral e, de modo mais específico, a atual Zona do Euro.

### **Palavras Chaves:**

Alemanha; Zona do Euro; Reunificação Alemã; União Europeia.

---

1 Doutor em História Econômica e Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares – UFJF - GV.

2 Doutoranda em História Econômica (USP) e Professora Assistente de Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares – UFJF - GV.

## **1- INTRODUÇÃO**

Estas notas abordam as transformações operadas na economia alemã após a absorção da República Democrática Alemã pela República Federal Alemã em 1990, e passando por eventos como a entrada em circulação da moeda única europeia, o Euro, em janeiro de 2002.

Os ajustes nos setores reais e monetários das duas zonas econômicas separadas à força durante a Guerra Fria se deram basicamente no sentido do aproveitamento da capacidade de captação e alavancagem de investimentos do lado ocidental capitalista, associado ao espólio de estoques de recursos produtivos e mão de obra de baixo custo herdados junto ao lado oriental, socialista. Uma vez unificadas, segundo o que se observa nessas notas, deu-se uma ampliação da demanda e da capacidade de comércio exterior, permitindo que o país reunificado não apenas liderasse em tamanho, mas em dinâmica econômica. O resultado seria não apenas a criação da maior potência econômica europeia para as décadas seguintes, mas também um centro local hegemônico a partir do qual se estruturaria a União Europeia em geral e, de modo mais específico, a atual Zona do Euro.

O texto encontra-se estruturado da seguinte maneira: a esta introdução, segue uma seção que busca historiar o processo de reunificação alemã, do ponto de vista da integração de políticas econômicas, buscando demonstrar que a integração não se limitaria ao território alemão. Uma seção subsequente aborda a interação da política econômica da Alemanha durante a estruturação da Zona do Euro com as determinações das instituições que estavam encarregadas de levar a cabo o processo de integração monetária. Alguns agregados básicos macroeconômicos dessa unidade geoeconômica são analisados, antes que se façam algumas considerações finais.

## 2- REUNIFICAÇÃO ALEMÃ

### 2.1- ANTECEDENTES

Apesar de algumas controvérsias a respeito de qual evento teria sido o principal marco no processo de término da divisão das duas Alemanhas, a maioria dos estudiosos do assunto concorda com a data de 9 de Novembro de 1989 quando Günter Schabowski, porta-voz oficial do SED (*Sozialistische Einheitspartei Deutschlands – Partido Socialista Unificado da Alemanha*) erroneamente, declarou em entrevista ao vivo à imprensa, que todas as leis regulamentando as viagens ao exterior haviam sido revogadas de forma imediata. A declaração gerou um movimento intenso da população em direção ao muro e, perante uma aglomeração de mais de 100.000 berlinenses orientais, Egon Krenz acabou por confirmar o anúncio feito anteriormente, levando à derrubada do muro naquela mesma noite<sup>3</sup>.

No entanto, seria ingênuo atribuir o processo de reunificação alemão a um erro cometido por um funcionário equivocado. O episódio apenas coroou uma série de eventos internos e externos que podem ter seu início datado em maio daquele mesmo ano, quando o governo reformista da Hungria decidiu desarticular sua estrutura militar fronteiriça e, desse modo, abrir suas fronteiras com a Áustria.

A abertura da fronteira austro húngara, no início do verão na Europa, levou um grande número de jovens – seguidos por famílias completas – da RDA a fazer o caminho em direção à RFA via Hungria, e em seguida através de Praga e Varsóvia. Em poucas semanas, os números divulgados por autoridades dessas cidades chegavam a um total de mais de um milhão de emigrados. Essa saída maciça fortaleceu os grupos políticos oposicionistas à SED e uma onda de protestos se seguiu em diversas cidades da RDA.

---

3 Conforme Segundo KITCHEN, Martin. **História da Alemanha Moderna, de 1800 aos dias de hoje**. São Paulo: Cultrix, 2013, pp.493-498.

A proximidade desses eventos com os preparativos para a celebração do quadragésimo aniversário da fundação do país em 6 e 7 de outubro deixaram o governo de Erich Honecker com três possibilidades de ação: (1) negociar com a oposição uma saída; (2) reprimir a oposição e os protestos com violência, o que iria acirrar os ânimos internacionais, já exaltados pelos episódios da Praça da Paz Celestial em Pequim, ocorridos em 4 e 5 de junho de 1989, ou (3) mudar os componentes do governo e deixar o poder nas mãos dos reformistas seguidores de Mikhail Gorbachev.

Em 26 de setembro, Honecker decidiu pela segunda opção e autorizou o uso da força para reprimir manifestações oposicionistas ao regime que viessem a ocorrer após as celebrações de aniversário do país. Assim, em seu discurso comemorativo de 6 de outubro de 1989, afirmou que a RDA era um *“posto avançado da paz e do socialismo”*, prevendo que *“a RDA cruzará o umbral do ano 2000 com a certeza de que o socialismo é o futuro”*<sup>4</sup>.

Adicionalmente, rejeitou enfaticamente uma eventual reunificação da nação alemã, criticando o revanchismo e o intervencionismo de Bonn, denunciando o ressurgimento do nazismo na RFA, e advertiu todos aqueles que duvidavam da força e das vantagens do socialismo, afirmando que *“em sua quinta década, o Estado dos operários e camponeses alemães continuará comprovando – mediante suas ações para o bem-estar do seu povo e mediante seus esforços pela paz, segurança e cooperação internacional – que sua fundação em Outubro de 1949 foi um divisor de águas na história do povo Alemão e da Europa”*<sup>5</sup>.

Mas o discurso não revelava os sinais vindos da URSS, que desde 1981 diminuía progressivamente o apoio econômico à RDA. Como exemplo, podemos citar os consecutivos desvios de petróleo soviético destinado à RDA, que acabaram sendo vendidos à RFA em troca da moeda forte tão necessária a Moscou, mas criando um déficit energético crescente no abastecimento da indústria da Alemanha Oriental que

---

4 Conforme informações disponíveis no endereço [http://www.princeton.edu/~achaney/tmve/wiki100k/docs/German\\_reunification.html](http://www.princeton.edu/~achaney/tmve/wiki100k/docs/German_reunification.html) acesso em 07 de maio de 2013.

5Idem

precisava recorrer ao uso de carvão de baixa qualidade nacional para suprir sua demanda.

A crescente dificuldade de fechamento das contas do governo da RDA tornava cada vez mais necessária a captação de empréstimos. A fonte soviética fechara-se em 1986, quando Gorbatchev afirmou que cada país do pacto de Varsóvia deveria agir do seu próprio modo e que não haveria mais intervenções por parte da União Soviética<sup>6</sup>. Ainda assim, o SED e Honecker mostravam-se apegados às soluções tradicionais e em 1989, a escolha feita foi contra a abertura da economia e pela repressão aos movimentos que reivindicavam reformas.

Embora no mesmo período as lideranças do SED tenham sido alertadas por Gorbatchev de que “*Quem chega tarde demais, a vida castiga*” a repressão militar foi autorizada e em 7 de outubro, somente em Dresden, foram efetuadas cerca de 1.000 detenções durante um único protesto<sup>7</sup>.

Apesar disso, as manifestações contra o governo continuaram, e em 17 de outubro, foi anunciada a renúncia de Honecker, motivada por problemas de saúde segundo a declaração oficial. No mesmo dia, Egon Krenz, considerado herdeiro natural na Secretaria Geral do SED, foi anunciado para o cargo de chefe de Estado na Câmara do Povo – o Parlamento da RDA – com data de posse prevista para 24 de outubro.

Ao assumir o cargo, Egon Krenz tentou apaziguar reformistas e conservadores afirmando que:

*“a RDA é um Estado socialista dos operários e dos camponeses. É a organização política dos trabalhadores da cidade e do campo, sob a liderança da classe trabalhadora e seu partido marxista-leninista [...] ninguém deveria desenhar falsas conclusões a partir do desenvolvimento político da RDA. A República Democrática da Alemanha é um Estado socialista soberano, e tudo o que acontece aqui é resultado da decisão soberana do nosso país e seus*

---

6 Segundo KITCHEN, Martin. **História da Alemanha Moderna, de 1800 aos dias de hoje**. São Paulo: Cultrix, 2013. pp.502-503.

7 Conforme ALTMANN, S. 1989. **Five Days in October** (October 7, 1989). Disponível em: [http:// germanhistorydocs.ghi-dc.org/](http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/). Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

*cidadãos. As propostas e 'sugestões' da OTAN objetivando a abolição do socialismo por meio de reformas continua não tendo chance!"*<sup>8</sup>.

O discurso não impediu, no entanto, que em 4 de novembro, uma manifestação de 500 mil pessoas expressasse seu repúdio ao governo. Como resultado, quatro dias depois, em 8 de novembro, os 18 membros do Politburo do SED colocaram seus cargos à disposição e se acordou que as vagas seriam preenchidas por reformistas, chefiados pelo prefeito de Dresden, Hans Modrow, que assumiu o posto de Primeiro-Ministro em 17 de novembro.

No dia seguinte, Krenz aprovou a lei de viagens que ainda deveria ser submetida ao parlamento para entrar em vigor. Essa foi a mesma lei pivô do incidente que levou à derrubada do muro de Berlim, como descrito no início deste texto.

Pelo lado da Alemanha Ocidental, em 28 de novembro de 1989, já havia interesse na absorção dos estados orientais e o chanceler Helmut Kohl apresentou um plano de dez pontos sobre a política alemã (*Deutschlandpolitik*) ao *Bundestag* onde expunha a sua visão da dimensão interna de um futuro estado unificado. Segundo Kohl, após a eleição de um governo democrático na República Democrática Alemã (RDA) as duas Alemanhas deveriam criar "*estruturas confederativas entre os dois Estados na Alemanha de forma a criar uma federação*". Embora sem mencionar a política externa do futuro estado alemão unificado, deixou claro seu alinhamento com o bloco econômico europeu. Reconhecendo que o "*sucesso dos movimentos de reforma [na Polônia e na Hungria] foi uma condição prévia para o movimento reformista na RDA*"<sup>9</sup>.

Desse modo, Kohl aceitava que a unificação alemã teria que ser vista no contexto da integração europeia, onde as Alemanhas seriam como os dois lados da

---

8 De acordo com KRENZ, E. 1989. ***The Well-Being of the People is our Basic Guiding Principle***. Declaration of the Chairman of the Council of State of the GDR before the Volkskammer of the GDR on October 24, 1989. Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/>. Acesso em: 15. Dezembro de 2013.

9 Segundo Segundo KITCHEN, Martin. ***História da Alemanha Moderna, de 1800 aos dias de hoje***. São Paulo: Cultrix, 2013. pp.529-530.

mesma moeda. Adicionalmente, as negociações sobre a unificação alemã teriam de levar em consideração a expansão da Comunidade Europeia para incluir os países do leste, "*A CE não pode terminar no [rio] Elba [...] Ela tem que permanecer aberta ao Oriente*".<sup>10</sup>

A resposta estadunidense à proposta de Kohl veio através de um discurso do presidente George Bush na sede da OTAN em Bruxelas, no dia 4 de dezembro de 1989, onde afirmou que a entrada da Alemanha unificada na Organização e o reconhecimento da fronteira alemã com a Polônia eram condições prévias do apoio americano à unificação. Esta só seria aceita por Washington se a Alemanha renunciasse a pretensões de neutralidade no cenário político mundial e declarasse claramente o seu apoio à OTAN.

A estratégia da Administração Bush procurava assegurar que as tropas americanas permanecessem como força estabilizadora na Europa, nas bases da RFA e confirmando os Estados Unidos como uma potência no continente e preparando caminho para que Moscou aceitasse a unificação<sup>11</sup>.

No entanto, as reações externas ao processo de reunificação alemã foram de defesa ao processo. A URSS era o país que, à primeira vista, mais perderia. Além disso, França e Inglaterra se preocupavam com o ressurgimento do gigante que originara duas guerras mundiais, há menos de meio século.

Depois de várias negociações, o acordo com a URSS quanto aos aspectos externos da unificação, incluindo a permanência da Alemanha na OTAN, foi finalmente assinado, quando da visita de Kohl e de Genscher ao Cáucaso, entre 14 e 17 de julho de 1990.

Os soviéticos aceitaram o acordo em função de três pontos cruciais: (1) o efeito desastroso para as deficitárias contas soviéticas das despesas decorrentes da manutenção de seus exércitos na RDA, (2) uma posição de oposição à permanência da Alemanha

---

10 Conforme informações de [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-919\\_920\\_0\\_9\\_0\\_00300003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-919_920_0_9_0_00300003&script=sci_arttext). Acesso em 20 de Dezembro de 2013.

11 Idem.

unificada na OTAN poderia colocar em risco o clima internacional pacífico necessário para que Gorbachev prosseguisse com sua política externa, e (3) a necessidade desesperada de recursos financeiros do governo soviético poderia ser aplacada através das contribuições financeiras do governo alemão que arcaria com os custos de remoção das tropas soviéticas do solo da RDA e pagaria altas somas indenizatórias pela Segunda Guerra Mundial. Adicionalmente, através de intermediação dos EUA, a Alemanha unificada seria um membro soberano da OTAN mas sem o direito de possuir armas nucleares, o que acalmava os temores dos soviéticos mais reticentes quanto à reunificação<sup>12</sup>.

Por outro lado, Margaret Thatcher, então primeira-ministra britânica, opôs-se à ideia de unificação por medo do ressurgimento do nacionalismo alemão e uma política externa agressiva no continente. Documentos secretos que vieram a público em 2012 revelaram conversas não oficiais entre ela e Gorbachev, onde pedia a intervenção soviética para impedir o processo. O Reino Unido só alterou a sua posição após pressão direta do governo norte-americano, e o estreitamento da relação Londres-Washington foi aceito como forma de contrabalançar o inevitável acréscimo do poderio alemão<sup>13</sup>.

Dentro da Comunidade Econômica Europeia (CEE), a França foi o país que mais resistiu à possibilidade da unificação. O Presidente François Mitterrand não escondeu sua aversão à ideia de uma Alemanha unificada e do papel político relevante que tal país assumiria no espaço euro-atlântico já que isso seria sempre feito à custa do poder da França. No entanto, o desejo de concretizar a unificação europeia fez com que usasse este como principal meio de negociação no sentido de obter garantias quanto ao compromisso alemão para com a integração europeia.

A maioria dos autores considera que a França somente aceitou a unificação alemã quando o governo de Kohl concordou com a União Econômica e Monetária. Desse modo, uma Alemanha forte era desejável desde que dentro da integração

---

12 Segundo KITCHEN, Martin. ***História da Alemanha Moderna, de 1800 aos dias de hoje***. São Paulo: Cultrix, 2013. pp.549-552

13 Segundo MARSH, David, ***The Euro - The battle for the new global currency***, UK: Yale Press, 2009. p.75



europeia. Para Paris, "*a única coisa pior do que a dominação pela Alemanha dentro da CEE seria a dominação alemã fora da CEE*"<sup>14</sup>. O resultado mais prático dessa visão francesa seria a assinatura do Tratado de Maastricht em fevereiro do ano seguinte e o início dos procedimentos previstos no tratado para a efetiva unificação monetária.

A partir do momento em que as resistências externas foram sendo vencidas, o processo de reunificação das duas Alemanhas se acelerou no plano interno. Os grandes partidos dos dois países se uniram e a RFA auxiliou financeiramente seus parceiros políticos da RDA. Nas eleições que foram realizadas em seguida, ocorreu a vitória maciça dos protegidos do chanceler Kohl – a “Aliança pela Alemanha” somou 48% dos votos e 193 dos assentos no Parlamento. Adicionalmente, foram feitos acordos com outras organizações políticas favoráveis a uma rápida reunificação do país com a nomeação de Lothar de Maizière como primeiro-ministro para um período de poucos meses até a incorporação da RDA à RFA – em 3 de outubro de 1990<sup>15</sup>.

Por fim, é importante registrar que a primeira eleição ocorreu em 2 de dezembro de 1990 e confirmou Helmut Kohl como chanceler da Alemanha então reunificada, até o ano de 1998.

## 2.2 - OS TRATADOS DE REUNIFICAÇÃO

A unificação propriamente dita foi ratificada através de três tratados a saber: (1) econômico, monetário e social (assinado em 18 de maio de 1990), (2) político-administrativo (assinado em 31 de agosto de 1990), e (3) conhecido como acordo Dois Mais Quatro (assinado em 12 de setembro de 1990).

O primeiro, denominado tratado *Tratado que institui a União Monetária, Econômica e Social entre a República Democrática Alemã e a República Federal da*

---

14 Conforme Carlos Federico Domínguez Avila, **A queda do muro de Berlim: um estudo com fontes brasileiras** IN: Revista de Sociologia e Política, V. 18, No 37: pp.93-110, out. 2010. p.107.

15 Idem.

*Alemanha*<sup>16</sup>, entrou em vigor em 1 de julho de 1990, com a adoção do Marco da República Federativa como moeda comum, em paridade de um para um com o marco da República Democrática Alemã. Adicionalmente, a base para tal união monetária, econômica e social entre a República Federal Alemã e a República Democrática Alemã consistia na criação de um regime de direito privado de propriedade.

Nesse tratado, ambas as partes declararam aderir à ordem liberal, democrática, federal e social, assim como ao princípio do Estado de direito e ao princípio da propriedade privada. A RDA compromete-se formalmente a conformar o seu direito de acordo com os pressupostos da ordem jurídica acima mencionada onde a antes "propriedade do povo" seria adequada ao regime de propriedade privada e da economia de mercado<sup>17</sup>.

O Segundo Tratado de Unificação, assinado em setembro de 1990, determinou a incorporação do território da antiga RDA, então reorganizado administrativamente em cinco novas províncias: Mecklenburg- Vorpommern, Brandenburg, Sachsen-Anhalt, Sachsen e Thüringen – além do particular caso da região metropolitana de Berlim. Adicionalmente determinou o fim da ocupação do território oriental e a manutenção da Alemanha unificada dentro da OTAN.

O terceiro acordo foi assinado em Moscou, em 12 de setembro de 1990 entre as duas Alemanhas, a então União Soviética, o Reino Unido, a França e os Estados Unidos. Conhecido como o *Tratado dos Dois Mais Quatro*<sup>18</sup>, em alusão às duas Alemanhas, e os quatro países vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, o documento procurava assegurar a paz no continente e evitar que a nova Alemanha reunificada se tornasse uma potência capaz de por em risco o equilíbrio de forças que parecia existir à época.

---

16 Conforme informações disponíveis no endereço [http://www.princeton.edu/~achaney/tmve/wiki100k/docs/German\\_reunification.html](http://www.princeton.edu/~achaney/tmve/wiki100k/docs/German_reunification.html) acesso em 07 de maio de 2013.

17 Conforme <http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=pt&ihtmlang=pt&lng1=pt,es&lng2=da,de,el,en,es,fi,fr,it,nl,pt,sv,&val=329656:cs>, acesso em 20-jan-2014.

18 Documento disponível no endereço [http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub\\_document.cfm?document\\_id=176](http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=176) acessado em 6 de Maio de 2013.

Com apenas sete artigos, as quatro potências vencedoras concordavam em renunciar a seus “direitos” anteriores sobre o território alemão, incluindo a cidade de Berlim. Dessa forma, a Alemanha seria unificada em 15 de Março de 1991, com Berlim como capital e todas as tropas estrangeiras seriam retiradas do país.

Em termos de poderio bélico, a Alemanha limitou suas forças armadas combinadas ao máximo de 345 mil homens, incluindo exército e a aeronáutica. Adicionalmente, renunciou à fabricação, posse e controle de armas nucleares, biológicas e químicas, aceitando os termos do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Assim, o território alemão não poderia ter forças estrangeiras armadas, armas nucleares, ou os portadores de armas nucleares tornando-se uma zona permanentemente livre de armas nucleares, apesar da permanência de tropas e armas estadunidenses no país.

Outro termo importante do tratado foi a confirmação das fronteiras existentes à época com a Polônia e a Rússia, além de aceitar as demais mudanças territoriais que a Alemanha tinha sofrido desde 1945 renunciando a reivindicações futuras de territórios (a leste da linha Oder-Neisse), pertencentes à Alemanha antes de 1937. A Alemanha também concordou em assinar um tratado em separado com a Polônia, reafirmando a fronteira entre ambos, o que foi feito em 14 de novembro de 1990.

### **3- A ALEMANHA NA FORMAÇÃO DA ZONA DO EURO**

A unificação da Alemanha, no segundo semestre de 1990, teve um impacto econômico profundo não apenas no país mas também no restante da CEE. A unificação deu origem a uma forte expansão no orçamento alemão com o objetivo de apoiar os investimentos privados na Alemanha Oriental durante o difícil período de ajustamento.

Os efeitos mais imediatos da reunificação<sup>19</sup> incluem a queda acentuada da produção da Alemanha do leste, no entanto, a demanda interna da antiga RDA se

---

<sup>19</sup> Segundo informações dos relatórios do Comitê dos gestores de bancos centrais dos anos de 1991 a 1993, disponíveis no endereço <http://www.ecb.europa.eu/pub/html/index.en.html> acessado em 24-jan-2014.

expandia fortemente sendo financiada em grande parte por transferências de crédito. Porém a expansão da demanda oriental ocorria num momento em que a capacidade produtiva da porção ocidental já estava em seu máximo. Assim, no relatório dos Gestores de Bancos Centrais dos países da CEE de 1991, se reconhecia os efeitos multiplicadores que o aumento da demanda alemã tivera sobre os níveis de produção dos demais estados membros do bloco econômico europeu.

O surto da procura alemã provocou um aumento rápido das importações do país e um desvio das exportações em 1990 e na primeira metade de 1991 levando a uma melhoria da posição comercial bilateral de todos os países da Comunidade com a Alemanha, tendo-se em alguns casos verificado aumentos bastante superiores a 1% do PIB. Simultaneamente, a forte procura na Alemanha alimentou as pressões inflacionárias internas. O combate a essa inflação foi feito através de uma série de aumentos das taxas de juro, que afetaram os níveis das mesmas taxas noutros países da Comunidade haja visto o processo de implantação do Sistema Monetário Europeu que estava em andamento<sup>20</sup>.

Apesar do rápido aumento da produção na Alemanha Ocidental, a diminuição da atividade econômica na CEE em geral – causada pelo carácter cíclico da atividade econômica, ainda de acordo com o diagnóstico dos gestores de bancos centrais – levou à percepção de uma acentuada falta de dinamismo dos mercados externos, agravada pela redução da despesa interna causada pelo alto nível das taxas de juro. Adicionalmente, o nível de confiança do setor privado havia diminuído bastante após a Guerra do Golfo (1990 - 1991). Assim, após seis anos de crescimento relativamente forte, o PIB da CEE, em termos reais, cresceu apenas 1,1% em 1991, a taxa mais baixa desde 1982.

À medida que o ritmo de crescimento diminuía, começou a aumentar a taxa de desemprego da Comunidade. A evolução da conjuntura a nível agregado levou as autoridades da CEE a detectarem uma divergência cíclica crescente entre os diversos Estados-membros. Embora o crescimento tenha desacelerado em 1991, o nível de

---

20 Idem.

atividade econômica na Alemanha Ocidental continuou elevado, em profundo contraste com a recessão no Reino Unido. Em outros países, o crescimento econômico caiu fortemente, embora tivesse sido superior a 2% na Espanha, Luxemburgo e Portugal.

Na Alemanha já unificada, a expansão no orçamento causada diretamente pela junção da RDA e RFA absorveu o excedente da poupança interna anterior, e o balanço de transações correntes se alterou de um excedente de 5 % do PIB em 1989 para um déficit superior a 1% em 1991.

No Reino Unido, a recuperação da poupança privada e a contração do investimento das empresas levaram a uma redução do deficit das transações correntes. Na Grécia, o deficit baixou de mais de 5% do PIB em 1990 para 2% em 1991. No resto da CEE, no entanto, os déficits de transações correntes foram a norma e tiveram que ser financiados por volumosas entradas de capitais de longo prazo atraídos por oportunidades de investimento lucrativos. Os Países Baixos continuaram a registar excedente no seu balanço de transações correntes<sup>21</sup>.

Para o grupo de países que lutava para cumprir as metas de convergência que permitiriam a unificação monetária, a Alemanha aparecia sempre na contramão. Por exemplo, a expansão monetária que deveria ser evitada a todo o custo, no caso alemão se acelerou, em finais de 1991, alimentada por urna procura de crédito crescente. Em contrapartida, na Espanha, as entradas de capitais contribuíram em parte para a ultrapassagem das metas de expansão monetária do país em 1991. Mas, num contexto de expectativas de taxas de câmbio estáveis e de movimentos de capitais liberalizados, esses afluxos de capitais tiveram origem fundamentalmente nas avultadas necessidades de financiamento do sector administrativo. O mesmo ocorreu em Portugal e Itália. Além disso, as alterações na composição da carteira de investimentos causadas pela desregulamentação financeira e alterações nos regimes fiscais foram as responsáveis pelas mudanças em tais países, o que não foi o caso da Alemanha<sup>22</sup>.

Nos anos seguintes a busca pela convergência das metas de inflação,

---

21 Segundo dados das séries históricas do BCE, disponíveis em <http://www.ecb.europa.eu/stats/html/index.en.html>, acessados em 2-fev-2014.

22 Idem.

fortalecimento das moedas dos estados membros e políticas fiscais acordados em Maastricht levou a um maior alinhamento do desempenho dos países do bloco. Na Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Itália e Portugal, a atividade econômica global baixou em 1993, mas recuperou-se em 1994. Em alguns países, a contribuição das exportações líquidas foi importante para o desenrolar dos acontecimentos, tanto em 1993 como em 1994. Em 1993, as variações positivas das balanças comerciais compensaram parcialmente a debilidade da demanda interna diminuindo a recessão e, em 1994, o dinamismo das trocas comerciais líquidas impulsionou significativamente o crescimento. Neste contexto, a expansão do comércio mundial em 1994 beneficiou todos estes países. Espanha e Itália tiveram crescimento das exportações em 1993 e 1994 foi ainda mais forte, em resultado dos ganhos de competitividade que se seguiram às consideráveis depreciações cambiais verificadas em 1992 e 1993.

A demanda interna, após breve recuo causado provavelmente por uma incerteza inicial, se recuperou progressivamente, o que levou a uma melhoria gradual do consumo privado e a um decréscimo concomitante da taxa de poupança. Assim, o crescimento manteve-se positivo na Dinamarca, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido. Com destaque para o aumento da demanda interna na Irlanda e Países Baixos.

Após os primeiros anos da unificação das duas Alemanhas, as taxas de juro do país se aproximaram das metas do SME, a variação no nível de preços caiu e a economia da Alemanha se estabilizou. Não devemos, no entanto deixar de reconhecer o papel das exportações líquidas já que a diminuição da poupança pré-unificação levou a uma queda na disponibilidade orçamental do governo alemão e, conseqüentemente, uma menor demanda interna<sup>23</sup>.

Em termos de poder político, a Alemanha unificada não teve grandes mudanças no seu peso de decisão nos organismos da CEE. O aumento de cerca de um terço da população lhe deu uma representatividade de 25% da população da futura Zona do Euro e o número de votos no parlamento permaneceu igual com a inclusão de 18

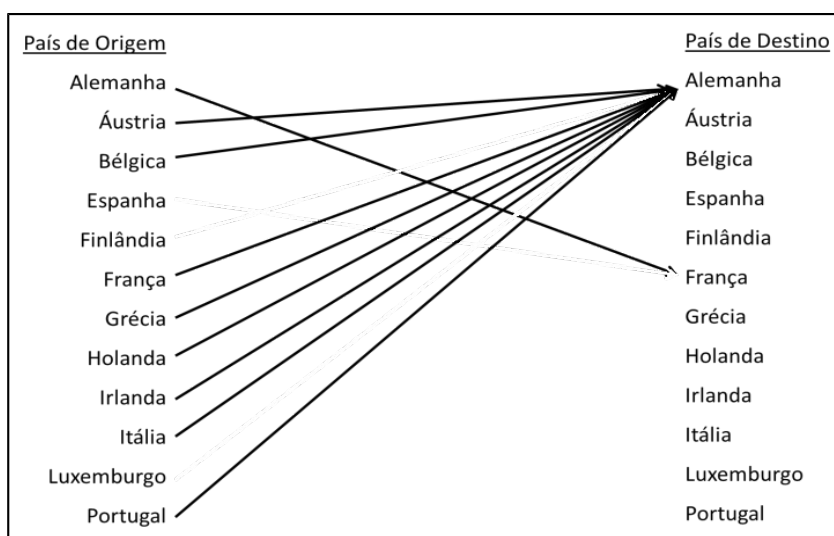
---

23 De acordo com relatório do Comitê dos gestores de bancos centrais do ano de 1994 disponível no endereço <http://www.ecb.europa.eu/pub/html/index.en.html> acessado em 24-jan-2014.

observadores, representando os 18 *Länder* (estados) da antiga Alemanha Oriental.

No entanto, seu poder econômico se faz sentir quando se observa o peso que seu PIB tem na União Europeia (cerca de 25%), ou da Zona do Euro (32%).

Uma análise das relações de comércio exterior com os demais países da Zona do Euro em sua primeira configuração de doze integrantes, na figura a seguir permite visualizar a enorme importância e influência adquiridos pelo país no bloco econômico europeu já que o mesmo se tornou o principal parceiro comercial dos demais.



**Figura 1:** Parceria principal em volume de transações do Comércio Exterior inter países da Zona do Euro – média anual valores(\*) 1990-2002. (\*) cálculo em US dólares. Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de OCDE<sup>24</sup>.

Em contrapartida, alguns<sup>25</sup> estudiosos do assunto defendem a ideia de que a implantação da moeda única – o euro – só obteve sucesso graças ao papel desempenhado pela Alemanha já que desde o início da unificação monetária, o país teria influenciado diretamente na estabilidade cambial no bloco. Outro argumento em defesa da importância da participação da Alemanha no processo de unificação monetária europeu reside no fato do Bundesbank transferir a sua credibilidade como banco

24 Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 27-05-2013.

25 Conforme CARVALHO, Patrícia Nasser e SENHORAS, Elói Martins. ***Das Uniões Monetárias aos Dez Anos do EURO: Um Tributo Histórico na Antiga Ópera de Frankfurt*** disponível no endereço: [www.revistaintellelector.cenegri.org.br](http://www.revistaintellelector.cenegri.org.br) acesso em 12-jan-2014.

estável, diretamente ao BCE, na medida em que as economias europeias fixavam as suas moedas em relação ao marco alemão. Assim, a política monetária comum do BCE foi desenhada seguindo os ditames do Banco Central Alemão, um dos maiores cotistas do BCE, diga-se de passagem.

A partir da entrada em circulação da moeda única, as políticas do Bundesbank e do BCE já caminhavam na mesma direção e em igual compasso até o final do período analisado. Assim, A Alemanha, juntamente com a França, se tornaram os elementos mais fortes dentro do bloco europeu.

#### 4. ANÁLISE DO PERÍODO

Após a unificação, o ritmo do crescimento econômico parece ter-se refreado na Alemanha, conforme mostra o gráfico 1.

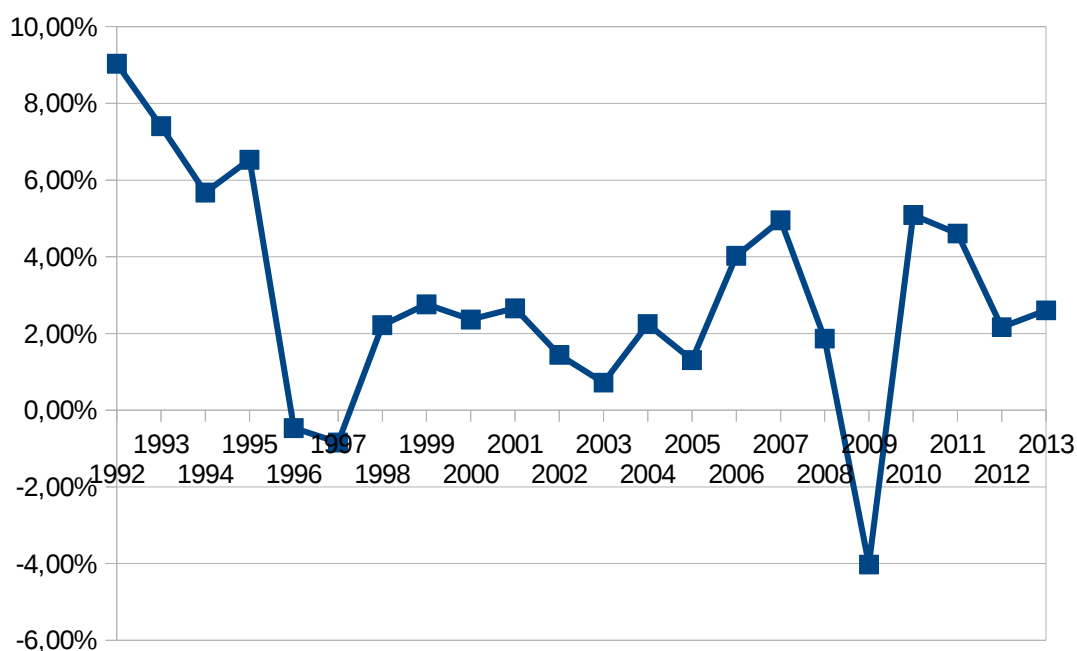


Gráfico 1: Alemanha, variação % do PIB a preços de mercado em Euros, 1992 – 2013.  
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da Eurostat.



De 1992 a 1997, a economia alemã desacelerou até entrar em depressão, em 1996. a partir de 1998, e até meados da década seguinte, o ritmo do crescimento do produto no país manteve-se próximo de 2% ao ano, com uma leve ascensão até quase 5% em 2007, quando nova recessão e depressão assolaram o país, que teve recuo de 4,03% em seu produto no ano de 2009. A partir de 2010, observa-se o retorno da flutuação das taxas anuais de crescimento entre 2 e 5%. É importante ressaltar que, até o ano de 1995, a economia alemã cresceu entre o intervalo de 5,67% e 9,03% ao ano. Ou seja, comparados os perfis e intervalos de flutuação, a margem de crescimento do produto alemão se dá em patamar menor, ao final de duas décadas.

Como parcela do PIB, o consumo privado da Alemanha, entre 1991 e 2006, manteve-se estável entre 56 e 57%, com uma ligeira queda no biênio 2007-2008, segundo o gráfico 2. Após uma breve retomada em 2009, a parte do produto destinada ao consumo privado não mais atinge os 56% até o final das observações da série. É notório o descolamento da variável consumo do PIB nos momentos de desaceleração do crescimento econômico. Por outro lado, não se dá uma elevação desproporcional do consumo nos momentos de depressão econômica, o que representaria um primeiro indício de ajuste fino de política econômica.

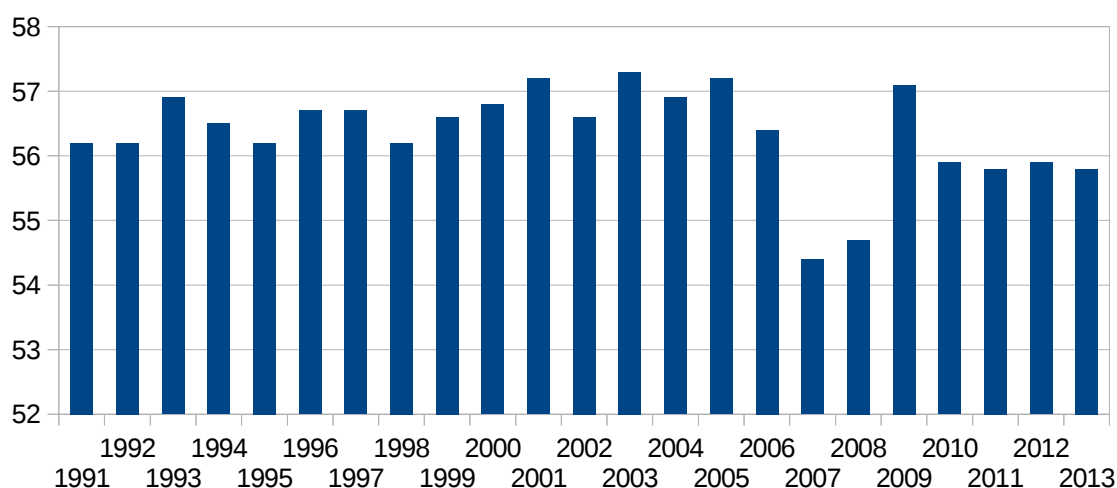


Gráfico 2: Consumo Privado como % do PIB a preços de mercado em Euros, 1991 – 2013.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da Eurostat.

O consumo do governo (gráfico 3) apresenta comportamento ligeiramente distinto, a princípio. Há, entre 1991 e 2007, um declínio quase linear da participação da variável na composição do produto alemão, indo de aproximadamente 8 a 6,5% do PIB.

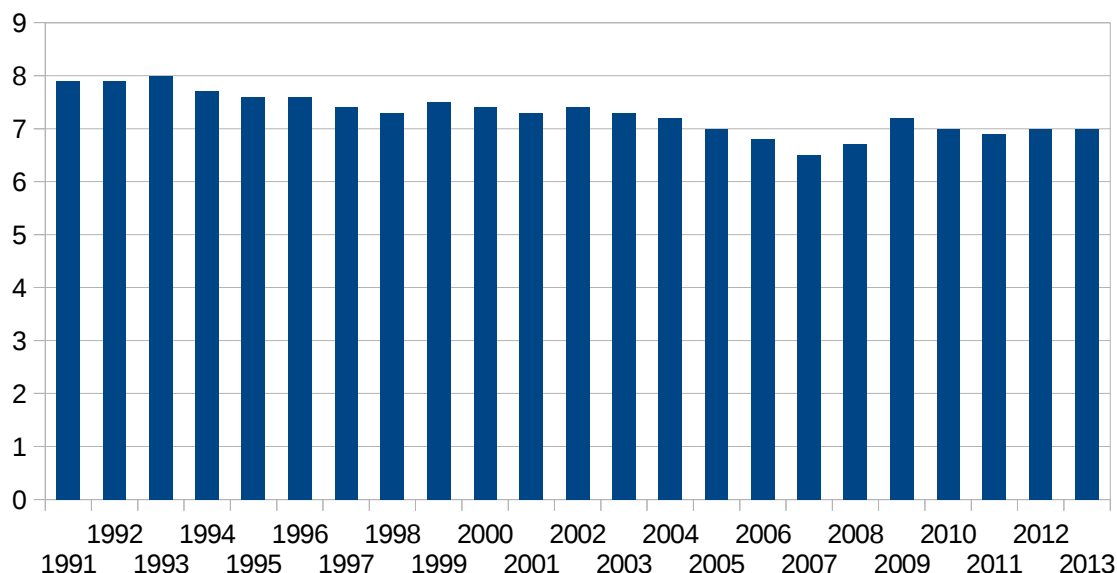


Gráfico 3: Consumo do Governo como % do PIB a preços de mercado em Euros, 1991 – 2013.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da Eurostat.

Após leve recuperação em 2008 e 2009, ultrapassando a barreira dos 7%, a variável se estanca nesse valor até 2013. É importante notar que trata-se da terceira grandeza a apresentar dois padrões distintos ao longo da série, quais sejam um *anterior* e outro *posterior* ao biênio 2007-2008.

Quanto à formação bruta de capital fixo, a evolução dos dados presente no gráfico 4 mostra dois movimentos de longo prazo, nos vinte anos da economia unificada da Alemanha: (I) a proporção de estoques de capital para investimento líquido diminuiu ao longo do período, e (II) o estreitamento da margem entre a formação de capital de origem pública ou privada mostra uma maior dependência do setor privado e menor efetividade das políticas de fomento do crescimento econômico da parte do governo alemão.

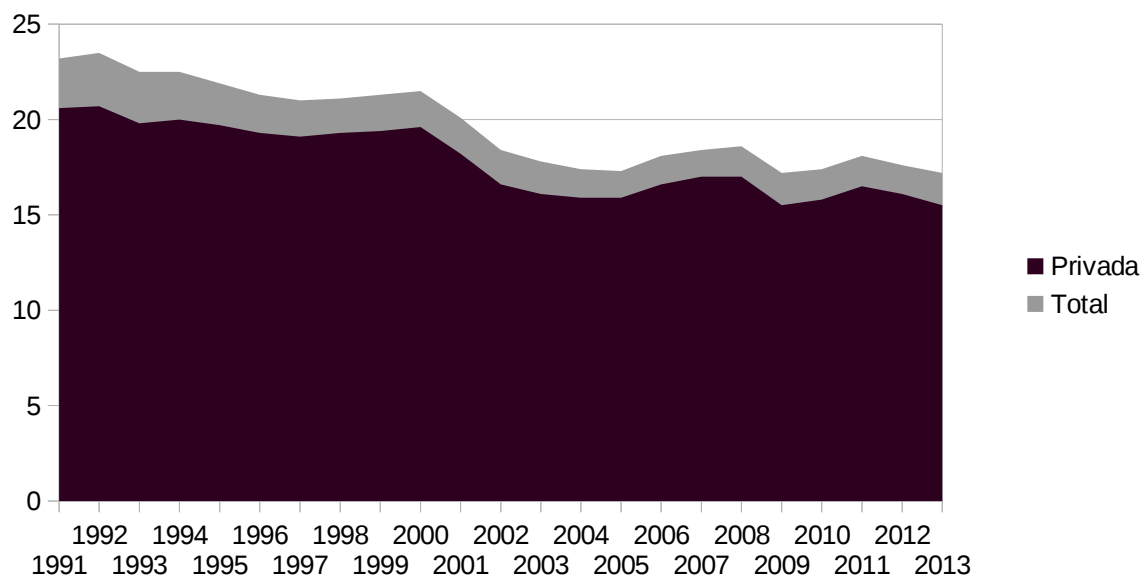


Gráfico 4: Formação Bruta de Capital Fixo Total e Privada como % do PIB a preços de mercado em Euros, 1991 – 2013.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da Eurostat.

A sensibilidade da variação do produto frente à formação bruta de capital fixo total apresentou grande dependência dessa segunda variável<sup>26</sup>. O próprio coeficiente de correlação linear entre as duas variáveis é bastante significativo, atingindo 80,42%.

Ao se observar a evolução do déficit público primário na Alemanha entre 1991 e 2013 (Tabela 1), o que salta à vista, em primeiro lugar, é o percentual, considerado “elevado”, em países que supostamente adotam políticas de estabilidade monetária. O déficit público primário (Arrecadação Líquida menos Consumo do Governo) não cai, nos anos observados, a menos de 7,52% do PIB, chega a atingir dois dígitos em duas observações (1992 e 1996), estabilizando-se entre 8,5 e 9,1% do produto, ao final da série.

<sup>26</sup> Coeficiente de elasticidade obtido: 0,43, para a variável independente formação bruta de capital fixo total, para os anos de 1992 a 2012 (20 observações). Valores-p dos coeficientes inferiores a 0,001. Ver equação 01 no anexo.

**Tabela 1: Alemanha, Déficit Público Primário, 1991 – 2013**

ANO	DPP (%PIB)
1991	9,63%
1992	10,00%
1993	9,89%
1994	9,37%
1995	9,82%
1996	10,20%
1997	9,86%
1998	9,56%
1999	9,16%
2000	8,96%
2001	9,07%
2002	9,41%
2003	9,38%
2004	9,20%
2005	8,96%
2006	8,52%
2007	7,52%
2008	7,89%
2009	9,19%
2010	9,11%
2011	8,60%
2012	8,80%
2013	9,14%

Fonte: Elaboração dos autores, com dados da Eurostat.

Tais números, em conjunto, indicam uma economia cujo governo deixa progressivamente de lado o estímulo à demanda efetiva, pela redução no consumo, e o fomento na ampliação e uso de estoques de capital fixo, somados a uma política fiscal regressiva, do tipo *supply-side*<sup>27</sup>.

A balança comercial alemã, desde a reunificação, viu aumentar sua importância na geração do produto agregado (Tabela 2). De 25,7% do PIB em exportações e 26,1, em importações, em 1991, a transação de bens e serviços não-fatores passou a

27 O *supply-side economics* foi uma concepção de política fiscal regressiva e monetária restritiva adotada nos EUA durante a década de 1980, a qual, pelos resultados elevados obtidos inicialmente no produto e obtenção da estabilidade monetária – apesar da concentração de renda e elevado desemprego – foi amplamente difundida pelos países alinhados. O resultado final desse tipo de estratégia de política econômica, na maior parte dos países que o adotaram, foi recessão, concentração de renda, endividamento público e desemprego. Para mais detalhes, ver KRUGMAN, 1997.

representar 50,5% do PIB, no primeiro caso, e 44,4%, no segundo, em 2013. Isso denota a importância crescente do setor externo na economia da Alemanha.

**Tabela 2: Alemanha, Balança Comercial, 1992 – 2013 (% do PIB)**

ANO	EXP	IMP
1991	25,7	26,1
1992	24,0	24,4
1993	22,0	21,8
1994	22,8	22,5
1995	23,7	23,1
1996	24,8	23,8
1997	27,4	26,1
1998	28,6	27,2
1999	29,4	28,5
2000	33,4	33,1
2001	34,8	32,8
2002	35,7	31,2
2003	35,7	31,8
2004	38,5	33,5
2005	41,3	36,1
2006	45,5	39,9
2007	47,2	40,2
2008	48,2	41,9
2009	42,5	37,5
2010	47,6	42,0
2011	50,6	45,4
2012	51,8	45,9
2013	50,5	44,4

Fonte: Elaboração dos Autores, dados do Eurostat.

Outro aspecto a se observar é a proximidade relativa entre exportações e importações por todo o período referido. Apesar de 1991 e 1992 serem os únicos anos da série com vantagem para as importações, a diferença entre ambas não chega a dois algarismos, em porcentagem do PIB no restante das observações. Esse caráter de estabilidade parece ter favorecido a posição predominante da Alemanha no estabelecimento do Euro como moeda única.

Uma ressalva a ser feita se dá quanto à questão do desemprego. Em termos gerais, praticamente por todo o período, com exceção do intervalo 2002 – 2007, a Alemanha apresentou taxas de desemprego<sup>28</sup> inferiores às dos países-membros da Zona do Euro. Quando os dados são refinados ao ponto do desemprego dos jovens menores de 25 anos, não existe sequer tal interstício.

---

28 Dados da Eurostat.

## 5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em primeiro lugar, é notável a coesão apresentada pela economia alemã durante o período que vai de sua unificação (1990) à consolidação da Zona do Euro (2010). Ainda que seja o esperado de uma economia que desde o último quartil do século XIX encontrou-se integrada, e em comparação com a consolidação de uma moeda única em um espaço geoeconômico tão diverso quanto a Europa, e também dadas as diferenças de escala em favor do lado ocidental, a adaptação de uma economia que foi por décadas planejada, socialista e teve suas fontes de recursos externos advindas da URSS ao capitalismo em um intervalo de tempo aproximado de uma década não deixa de ser digno de observação. De fato, na virada do século XX para o XXI, as Alemanhas já compunham uma unidade dentro da Europa. A inserção dos fatores produtivos da RDA não parece ter alterado de maneira significativa a dinâmica do crescimento econômico da Alemanha como um todo.

A ligeira desaceleração do crescimento do produto, e mesmo a queda no ritmo de crescimento de estoques de capital fixo observadas no período 1991 – 2013 mostram que a introdução de novos fatores – supostamente mais baratos – de capital e trabalho, não aqueceram a formação do produto interno alemão. O desemprego somente superaria a tendência do restante da Zona do Euro por quinquênio posterior à introdução da moeda única. Mesmo tais resultados não fogem da tendência de ajuste de políticas econômicas que os países que comporiam a Zona do Euro em 2002 terminariam por realizar.

A pergunta que é suscitada por essa primeira observação – o que mais haveria? – parece encontrar resposta na introdução de um mercado consumidor, esse sim um incremento representativo, como se verifica pela expansão do consumo privado e na

expansão do comércio exterior<sup>29</sup>, evidenciada na crescente participação deste na composição da oferta e demanda agregadas do país. A própria justificação do caráter dominante da Alemanha na própria dinâmica econômica da Zona do Euro encontra elementos tão ou mais fortes na capacidade de gerar demanda e comércio exterior do que na dotação de fatores produtivos.

O papel das políticas econômicas, em um primeiro momento de integração nacional, passando à formação da Zona do Euro, parece oferecer muito mais possibilidades explicativas se compreendido dentro de um caráter muito mais passivo em relação à expansão da demanda e do comércio exterior. Nesse sentido, parece estabelecer-se a partir da observação dessas duas grandezas um parâmetro para a análise de políticas fiscais, cambiais e monetárias, para o período, como um todo.

---

29 Conforme o Relatório do Instituto Monetário Europeu de abril de 1997, "*Embora sejam intensas as trocas entre países da UE, os Estados-membros beneficiam, todavia, substancialmente em termos de exportadores, do dinamismo dos mercados de outros países do mundo. (...) Durante o período em análise, tanto o elevado crescimento real do PIB, como a maior abertura de alguns países asiáticos, contribuíram para a forte expansão do comércio externo da UE, ajudando a evitar o refluxo de baixo crescimento e expansão dos mercados intra-UE. (...)*" Disponível em <http://www.ecb.europa.eu/pub/html/index.en.html>, acesso em 12 dez 2013.

## BIBLIOGRAFIA

- ALTMANN, S. 1989. *Five Days in October* (October 7, 1989). Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.
- AVILA, C. F. D. *A queda do muro de Berlim: um estudo com fontes brasileiras* IN: Revista de Sociologia e Política, V. 18, No 37: pp.93-110, out. 2010.
- CARVALHO, P. e SENHORAS, E. *Das Uniões Monetárias aos Dez Anos do EURO: Um Tributo Histórico na Antiga Ópera de Frankfurt* disponível no endereço: [www.revistaintellecter.cenegri.org.br](http://www.revistaintellecter.cenegri.org.br) acesso em 12-jan-201
- KITCHEN, M. *História da Alemanha Moderna, de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- KRENZ, E. 1989. *The Well-Being of the People is our Basic Guiding Principle*. Declaration of the Chairman of the Council of State of the GDR before the Volkskammer of the GDR on October 24, 1989. Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/>. Acesso em: 15. Dezembro de 2013.
- KRUGMAN, P. *Vendendo Prosperidade: sensatez e insensatez econômica na Era do Conformismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- MARSH, D. *The Euro – The battle for the new global currency*, UK: Yale Press, 2009.

## ANEXO

Equação 1:  $VPIB = 2,0852 + 0,438286 * FBKFT$

Variáveis:

VPIB: Alemanha, taxa percentual anual de crescimento do PIB a preços de mercado, 1991 – 2013.

FBKFT: Alemanha, taxa percentual anual de crescimento da formação bruta de capital fixo total, 1991 – 2013.

Número de Observações: 22

R-Quadrado: 0,8042

F-estatístico: 36,62740

Valor-p dos Coeficientes: 1,83e – 05; 6,46e – 06